

Pontal do
Nordeste
Geradora Eólica
S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2016 e 2015**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanços patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações de resultados abrangentes	8
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos Diretores e Acionistas da
Pontal do Nordeste Geradora Eólica S.A.
Pedra Grande - RN

Opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis pelos efeitos nos saldos correspondentes de 2015

Examinamos as demonstrações contábeis da Pontal do Nordeste Geradora Eólica S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos nos saldos correspondentes do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 do assunto descrito na seção Base para opinião com ressalva, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Pontal do Nordeste Geradora Eólica S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

A Companhia não cumpriu cláusulas restritivas (covenants) em 31 de dezembro de 2015, o que permitiria ao detentor do instrumento passivo acelerar seu vencimento. Dessa forma, o saldo do financiamento classificado no passivo não circulante deveria ter sido reclassificado para o passivo circulante em 31 de dezembro de 2015. Caso esta reclassificação tivesse sido efetuada, o passivo circulante estaria a maior e o passivo não circulante estaria a menor em R\$ 45.128 mil em 31 de dezembro de 2015. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 datada de 30 de março de 2016 foi portanto ressalvada. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis do período corrente também inclui ressalva em decorrência do possível efeito desse assunto sobre a comparabilidade dos valores do período corrente e valores correspondentes.



Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.



- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos

São Paulo, 31 de março de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

José Luiz Ribeiro de Carvalho
Contador CRC 1SP141128/O-2

Pontal do Nordeste Geradora Eólica S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2016	2015	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2016	2015
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	1.062	1.404	Fornecedores		89	46
Aplicações financeiras	4	2.472	2.507	Financiamentos	7	3.330	3.282
Contas a receber	5	1.592	1.370	Obrigações tributárias		193	287
Estoques		179	65	Salários e férias a pagar		32	34
Impostos a recuperar		37	38	Dividendos a pagar	8	269	-
Outras contas a receber		35	-	Outras contas a pagar		-	18
Despesas antecipadas		-	11			<u>3.913</u>	<u>3.667</u>
		<u>5.377</u>	<u>5.395</u>	Não circulante			
				Financiamentos	7	<u>42.446</u>	<u>45.128</u>
						<u>42.446</u>	<u>45.128</u>
Não circulante				Patrimônio líquido			
Imobilizado	6	61.501	63.755		10		
Intangível		-	2	Capital social		17.604	17.604
		<u>61.501</u>	<u>63.757</u>	Reservas de lucros		<u>2.915</u>	<u>2.753</u>
						<u>20.519</u>	<u>20.357</u>
Total do ativo		<u><u>66.878</u></u>	<u><u>69.152</u></u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u><u>66.878</u></u>	<u><u>69.152</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Pontal do Nordeste Geradora Eólica S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Nota	2016	2015
Receita operacional líquida	11	11.592	10.587
Custo do produto vendido	12	<u>(5.955)</u>	<u>(4.027)</u>
Lucro bruto		<u>5.637</u>	<u>6.560</u>
Outras receitas (despesas) operacionais			
Despesas administrativas e gerais	13	(34)	3
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	13	<u>100</u>	<u>(1)</u>
		<u>66</u>	<u>2</u>
Resultado operacional		<u>5.703</u>	<u>6.562</u>
Despesas financeiras	14	(4.569)	(4.261)
Receitas financeiras	14	<u>436</u>	<u>376</u>
		<u>(4.133)</u>	<u>(3.885)</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		1.570	2.677
Imposto de renda e contribuição social - corrente	15	<u>(495)</u>	<u>(442)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>1.075</u>	<u>2.235</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Pontal do Nordeste Geradora Eólica S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	2016	2015
Lucro líquido do exercício	<u>1.075</u>	<u>2.235</u>
Resultado abrangente total	<u><u>1.075</u></u>	<u><u>2.235</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Pontal do Nordeste Geradora Eólica S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Reserva de lucros			Lucros acumulados	Total
	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros		
Saldos em 1º de janeiro de 2015	15.904	66	452	-	16.422
Aumento de capital	1.700	-	-	-	1.700
Lucro líquido do exercício	-	-	-	2.235	2.235
Proposta de destinação do lucro líquido e lucros acumulados à AGO					
Reserva legal	-	112	-	(112)	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	2.123	(2.123)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	<u>17.604</u>	<u>178</u>	<u>2.575</u>	<u>-</u>	<u>20.357</u>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	1.075	1.075
Distribuição de dividendos	-	-	(644)	-	(644)
Proposta de destinação do lucro líquido e lucros acumulados à AGO					
Reserva legal	-	54	-	(54)	-
Dividendos propostos	-	-	-	(269)	(269)
Reserva de retenção de lucros	-	-	752	(752)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	<u>17.604</u>	<u>232</u>	<u>2.683</u>	<u>-</u>	<u>20.519</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Pontal do Nordeste Geradora Eólica S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	2016	2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	1.075	2.235
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	2.254	2.250
Custo residual do ativo imobilizado e intangível baixados	2	-
Juros e variações monetárias	4.555	4.220
	<u>7.886</u>	<u>8.705</u>
(Aumento) Redução nos ativos operacionais:		
Aplicações financeiras	35	(385)
Contas a receber	(222)	(430)
Estoques	(114)	(65)
Impostos a recuperar	1	-
Outras contas a receber	(35)	38
Despesas antecipadas	11	3
Aumento (Redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores	25	(157)
Obrigações tributárias	(94)	(115)
Salários e férias a pagar	(2)	287
Outras contas a pagar	-	(362)
	<u>7.491</u>	<u>7.519</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>7.491</u>	<u>7.519</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo intangível	-	(2)
	<u>-</u>	<u>(2)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	<u>-</u>	<u>(2)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Financiamentos pagos	(7.189)	(7.295)
Dividendos pagos	(644)	-
	<u>(7.833)</u>	<u>(7.295)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	<u>(7.833)</u>	<u>(7.295)</u>
Aumento (Redução) do caixa e equivalentes de caixa	<u>(342)</u>	<u>222</u>
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	1.404	1.182
No fim do exercício	<u>1.062</u>	<u>1.404</u>
Aumento (Redução) do caixa e equivalentes de caixa	<u>(342)</u>	<u>222</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Pontal do Nordeste Geradora Eólica S.A. (Companhia), localizada na Fazenda Nossa Senhora do Patrocínio, s/n, Zona Rural, município de Pedra Grande - RN foi constituída em 17 de janeiro de 2011. A Companhia tem por objeto social a geração de energia elétrica através da fonte eólica, incluindo o desenvolvimento de estudos de viabilidade, implantação, montagem e administração de projetos de geração de energia eólica e a comercialização da energia elétrica gerada. A Companhia iniciou as atividades em Abril de 2014.

2 Base de preparação e resumo das principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão resumidas abaixo.

2.1 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

a. Declaração de conformidade com relação às normas do CPC

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 31 de março de 2017.

b. Base de mensuração e conteúdo

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo possível, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação dessas demonstrações financeiras de acordo com as normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas periodicamente. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas.

2.2 Principais práticas contábeis

a. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em espécie, depósitos bancários, investimentos financeiros de curto prazo de alta liquidez com vencimentos inferiores a 90 dias e com risco insignificante de mudança de valor de mercado.

b. Aplicações financeiras

As aplicações financeiras incluem os recursos que não serão aplicados na operação no curto prazo, dentro de um período inferior a 90 dias.

c. Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os financiamentos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros, incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado, são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao reconhecimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial somente quando a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

O principal ativo reconhecido na Companhia é a aplicação financeira.

(ii) Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os passivos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar. Tais passivos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer outros custos de transação atribuíveis. Depois do reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos.

(iii) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não contratou operações de instrumentos financeiros derivativos nos exercícios de 2016 e 2015, incluindo operações de *hedge*.

(iv) Categoria dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros estão classificados em: Empréstimos e recebíveis (caixa e equivalente de caixa), Valor justo por meio do resultado (aplicações financeiras) e Custo amortizado (fornecedores, financiamentos e partes relacionadas). Os valores contábeis dos instrumentos categorizados como Empréstimos e recebíveis e Custo amortizado se aproximam do valor justo.

d. Ativos arrendados

A Companhia possui apenas arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial. Os pagamentos efetuados referentes a arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento.

e. Imobilizado

Os bens integrantes do ativo imobilizado, representados por ativos tangíveis, foram inicialmente registrados ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido da respectiva depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada, quando aplicável.

f. Intangível

Os ativos intangíveis são bens incorpóreos, identificáveis, sob o controle da Companhia e que geram benefícios econômicos futuros.

Os ativos intangíveis adquiridos são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo da data de aquisição. Depois do reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável, quando aplicável.

Ativos intangíveis gerados internamente não são capitalizáveis e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que foi incorrido.

g. Licenças ambientais

As licenças ambientais prévias e de instalação, obtidas na fase de planejamento do empreendimento são reconhecidas como custo do parque eólico.

h. Redução ao valor recuperável

O imobilizado tem o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor.

i. Fornecedores

Contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios e são classificadas como passivo circulantes se a obrigação devida tiver vencimento inferior ao prazo de doze meses da data do balanço. Os valores são registrados inicialmente pelo custo histórico, que se aproxima substancialmente de seu valor justo.

j. Financiamentos

Os financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, abrangendo o valor original do recurso obtido com a instituição financeira acrescida de eventuais custos de transação, e, subsequentemente, são demonstrados pelo custo amortizado. As despesas com juros são reconhecidas com base no método da taxa de juros efetiva e incluídas em despesas financeiras. Os financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo no prazo superior de doze meses a contar da data de encerramento do balanço.

Capitalização dos custos dos financiamentos

Os custos dos financiamentos atribuíveis ao contrato de concessão são capitalizados durante a fase de construção de acordo com o CPC 20 (R1) - Custos de empréstimos.

k. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e for mais provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

As provisões para contingências são reconhecidas contabilmente sempre que a perda for avaliada como provável e que ocasiona uma provável saída de recursos financeiros necessários à liquidação das obrigações e, também, quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, levando-se em conta a posição dos assessores jurídicos da Companhia. Essas provisões são atualizadas periodicamente.

l. Imposto de renda e contribuição social

O Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre a base presumida excedente de R\$ 240 para imposto de renda e de 9% sobre a base presumida para contribuição social sobre o lucro líquido.

m. Outros passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelo valor justo, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

n. Capital social

O capital social está composto em sua totalidade por ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

o. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações são efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2017, e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. Aquelas que podem ser relevantes para a Companhia estão mencionadas abaixo:

- IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros) que será adotada à partir de 1º de Janeiro de 2018.
- IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes) que será adotada à partir de 1º de Janeiro de 2017.
- IFRS 16 Leases (Arrendamento) que será adotada à partir de 1º de Janeiro de 2019.

A Administração não planeja adotar esta norma de forma antecipada.

A Companhia ainda não escolheu o método de transição para a nova norma nem determinou os efeitos da nova norma nos relatórios financeiros atuais.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes as estas normas.

3 Caixa e equivalentes de caixa

	2016	2015
Caixa e bancos	<u>1.062</u>	<u>1.404</u>

4 Aplicações financeiras

	2016	2015
Aplicações financeiras	<u>2.472</u>	<u>2.507</u>

As aplicações financeiras de curto prazo, com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um baixo risco de mudança de valor, são remuneradas com base em cotas de fundo de investimento que tem como objetivo alcançar a variação média do Certificado Depósito Interbancário (CDI) que foi de 14 % a.a. em 2016 (13,18 % a.a. em 2015).

5 Contas a receber

	2016	2015
Contas a receber – partes relacionadas – (nota 8)	<u>1.592</u>	<u>1.370</u>

O contas a receber é composto por operações com partes relacionadas, com as empresas Ventos Potiguares Comercializadora de Energia S.A. e Serveng Civilsan S.A. Em função disso, a Companhia não constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa.

6 Imobilizado

	2016	2015
Aerogeradores	57.759	59.877
Instalações e benfeitorias	2.360	2.446
Máquinas e equipamentos	<u>1.382</u>	<u>1.432</u>
	<u>61.501</u>	<u>63.755</u>

Movimentação do ativo imobilizado

	Taxa depreciação (a.a. %)	01/01/2015	Adições	Baixas	31/12/2015	Adições	Baixas	31/12/2016
Custo								
Aerogeradores		63.535	-	-	63.535	-	-	63.535
Instalações e benfeitorias		2.568	-	-	2.568	-	-	2.568
Máquinas e equipamentos		<u>1.512</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.512</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.512</u>
		<u>67.615</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>67.615</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>67.615</u>
Depreciação								
Aerogeradores	3,3	(1.543)	(2.115)	-	(3.658)	(2.118)	-	(5.776)
Instalações e benfeitorias	4 a 25	(37)	(85)	-	(122)	(86)	-	(208)
Máquinas e equipamentos	4 a 25	<u>(30)</u>	<u>(50)</u>	<u>-</u>	<u>(80)</u>	<u>(50)</u>	<u>-</u>	<u>(130)</u>
		<u>(1.610)</u>	<u>(2.250)</u>	<u>-</u>	<u>(3.860)</u>	<u>(2.254)</u>	<u>-</u>	<u>(6.114)</u>
Total do imobilizado		<u>66.005</u>	<u>(2.250)</u>	<u>-</u>	<u>63.755</u>	<u>(2.254)</u>	<u>-</u>	<u>61.501</u>

7 Financiamentos

	2016	2015
Circulante	3.330	2.282
Não circulante	42.446	45.128
Financiamento com BNDES	45.776	48.410

Vencimentos – Anos

2018	3.330
2019	3.330
2020	3.330
2021	3.330
2022 em diante	29.126
Total do não circulante	42.446

O financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), captado pela Companhia, tem como objetivo financiar a construção do parque eólico nas cidades de Pedra Grande no estado do RN, estando sujeito a encargos fixos de 2,18% ao ano acima da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), com prazo de amortização mensal de até 192 meses. O valor financiado está garantido pela alienação fiduciária da totalidade da receita proveniente da venda de energia elétrica pela controladora Ventos Potiguares Comercializadora de Energia S.A. Esse financiamento possui indicador financeiro (covenant) anual em que o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) deve ser maior ou igual a 1,3, onde: $(EBITDA - \text{Imposto de Renda e Contribuição Social}) / (\text{Soma dos pagamentos do principal} + \text{Juros em 12 meses})$. O cálculo e consequente manutenção do índice conforme definido, deve começar a ser efetuado a partir da data de início de operação do parque eólico.

Em 31 de dezembro de 2016 a companhia não atendeu ao Índice de cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), conforme determinado na cláusula XXII do Contrato de Financiamento mediante abertura de crédito com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o qual deveria ser maior ou igual a 1,3 e foi 1,239. O não atingimento do índice deve-se ao aumento da Taxa de juros de Longo Prazo (TJPL). Conforme o contrato o Banco poderá requerer o resgate antecipado do saldo devedor do financiamento incluindo multa de 1% a.a. sobre o valor do contrato atualizado. A Companhia encaminhou ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) uma carta comunicando o não cumprimento do índice e obteve *wavier*, anulando o vencimento antecipado ocasionado pela quebra do Índice de cobertura do Serviço da Dívida (ICSD).

	2016
Lucro bruto	5.637
Despesas administrativas e gerais	(34)
(-) Despesas não recorrentes	1.436
(-) Depreciação e amortização	2.254
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	100
EBITDA	9.393
Imposto de renda e contribuição social - corrente	(495)
Geração de caixa da atividade	8.898
Serviço da dívida	7.179
Índice de cobertura do serviço da dívida	1,239

8 Partes relacionadas

Os principais saldos com partes relacionadas decorrem de transações com a Companhia e seus controladores.

Os saldos e transações estão demonstrados a seguir:

	2016	2015
Ativo circulante		
Contas a receber		
Serveng Civilsan S.A.	311	-
Ventos Potiguares Comercializadora de Energia S.A.	1.281	1.370
	<u>1.592</u>	<u>1.370</u>
Passivo circulante		
Fornecedores		
Ventos Potiguares Comercializadora de Energia S.A.	69	-
Serveng Civilsan S.A.	-	18
	<u>69</u>	<u>18</u>
Dividendos a pagar		
Ventos Potiguares Comercializadora de Energia S.A.	269	-
Resultado		
Receita de vendas		
Ventos Potiguares Comercializadora de Energia S.A.	12.031	10.988

Em 21 de julho de 2011 a Companhia celebrou um contrato de compra e venda de energia elétrica incentivada com sua controladora Ventos Potiguares Comercializadora de Energia S.A., cujo objeto foi a comercialização, entre as partes, de energia incentivada com 50% de desconto nas Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD) e Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão (TUST) no período de 31 de dezembro de 2012 a 30 de dezembro de 2032, na região Nordeste.

Remuneração do pessoal chave da Administração

Não houve remuneração à Administração durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

9 Contingências

A Companhia não possui nenhum processo em andamento com a probabilidade de perda que seja provável ou possível, para que seja reconhecida uma provisão ou requerida uma divulgação.

10 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2016, o capital social da Companhia é de R\$ 17.604 (R\$ 17.604 em 2015) totalmente integralizado e representado por 17.810.668 (17.810.668 em 2015) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

b. Reserva legal

É constituída a razão de 5% sobre o lucro líquido no final de cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

c. Reserva de lucros

	2016
Saldo inicial	2.753
Lucro líquido do exercício	1.075
Dividendos propostos	(269)
Distribuição de dividendos	<u>(644)</u>
	<u>2.915</u>

Os dividendos distribuídos foram aprovados em Assembleia Geral Ordinária em 29 de abril de 2016.

11 Receita operacional líquida

	2016	2015
Venda de energia	12.031	10.988
Impostos sobre as vendas	<u>(439)</u>	<u>(401)</u>
	<u>11.592</u>	<u>10.587</u>

12 Custo do produto vendido

	2016	2015
Depreciação e amortização	(2.254)	(2.250)
Custo do produto vendido	(549)	(578)
Custo com mão de obra	(339)	(381)
Arrendamento de terra (nota 16)	(242)	(196)
Outros custos	<u>(2.571)</u>	<u>(622)</u>
	<u>(5.955)</u>	<u>(4.027)</u>

13 Despesas administrativas e gerais

	2016	2015
Despesas administrativas e gerais		
Despesas comerciais	-	(9)
Despesas com serviços	(3)	(11)
Despesas com pessoal	-	(11)
Outras despesas	<u>(31)</u>	<u>34</u>
	<u>(34)</u>	<u>3</u>
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		
Indenizações	<u>100</u>	<u>(1)</u>
	<u>100</u>	<u>(1)</u>

14 Resultado financeiro

	2016	2015
Receitas financeiras		
Rendimentos s/aplicações financeiras	436	376
	<hr/>	<hr/>
Despesas financeiras		
Juros s/empréstimos	(4.555)	(4.220)
Juros pagos	(9)	(38)
Outras despesas financeiras	(5)	(3)
	<hr/>	<hr/>
	(4.569)	(4.261)
	<hr/>	<hr/>

15 Imposto de renda e contribuição social

	2016	2015
Imposto de renda		
Receita	12.031	10.988
Alíquota	8%	8%
	<hr/>	<hr/>
Receita financeira	962	879
	436	376
	<hr/>	<hr/>
Base de cálculo	1.398	1.255
Alíquota vigente	15%	15%
Imposto apurado	210	188
Adicional federal de 10%	116	106
	<hr/>	<hr/>
Imposto apurado	326	294
	<hr/>	<hr/>
Contribuição social		
Receita	12.031	10.988
Alíquota	12%	12%
	<hr/>	<hr/>
Receita financeira	1.444	1.319
	436	376
	<hr/>	<hr/>
Base de cálculo	1.880	1.695
Alíquota vigente	9%	9%
Imposto apurado	169	153
	<hr/>	<hr/>
Total do imposto de renda e da contribuição social	495	442
	<hr/>	<hr/>
Alíquota de imposto efetiva		
Receita	12.467	11.435
Imposto calculado (IR/CS)	553	442
	<hr/>	<hr/>
	4%	4%
	<hr/>	<hr/>

16 Arrendamentos mercantis operacionais

A Companhia arrenda terrenos sob a forma de arrendamento operacional. O contrato iniciou-se em dezembro de 2010 e tem duração de 25 (vinte e cinco) anos, podendo ser renovado em comum acordo entre as partes. O pagamento deve ser correspondente a 2% (dois por cento) do faturamento bruto anual do parque. A Companhia é impedida de entrar em qualquer contrato de subarrendamento. A Companhia não participa no valor residual do bem arrendado, consequentemente, foi determinado que todos os riscos e benefícios do bem arrendado são do arrendador.